

Superior Tribunal de Justiça

PExt no HABEAS CORPUS Nº 546.014 - PR (2019/0343176-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
REQUERENTE : MAYARA APPEL GURKIEVCZ
ADVOGADO : SUELEN CRISTINA VIANA CORA - MT022342
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : INDIAMARA DE ANDRADE FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : ANDERSON CARLOS DAL' AGNOL - PR060927

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão formulado pela defesa de MAYARA APPEL GURKIEVCZ por meio do qual se requer a extensão do benefício concedido à corré INDIAMARA DE ANDRADE FERREIRA no presente *habeas corpus*.

Em sua petição, a defesa, sustenta, em síntese, que a requerente apresenta situação fático-processual idêntica à corré, de modo que faz jus ao benefício da prisão domiciliar, por ser mãe de uma criança menor de 12 anos.

É o relatório. **Decido.**

De fato, verifica-se que a requerente encontra-se em situação fático-processual muito semelhante à corré Indiamara, em favor de quem foi concedida ordem, de ofício, por esta Relatoria. Realmente, a requerente Mayara é mãe da menor E. A. A., nascida em 16/4/2018 e, portanto, com pouco mais de 1 ano de idade, conforme comprovado mediante certidão de nascimento anexa (e-STJ fl. 164).

Sendo assim, por razões humanitárias, reiterando os fundamentos apresentados na decisão monocrática de minha lavra (e-STJ fls. 123/132), entendo ser caso de conceder o benefício da prisão domiciliar à requerente, mediante a aplicação das mesmas cautelares fixadas à corré/paciente nesta impetração.

Ante o exposto, **defiro** o pedido de extensão para substituir a prisão preventiva de MAYARA APPEL GURKIEVCZ pela prisão domiciliar, **com**

Superior Tribunal de Justiça

o uso de tornozeleira eletrônica e com a proibição de se comunicar, por qualquer meio, com os demais investigados/acusados, ressalvada a possibilidade de aplicação de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a serem fixadas pelo Juízo de primeiro grau.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

